

O BRICS+ e a história da cooperação Sul-sul: um olhar sobre a reconfiguração da ordem mundial.

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17756420>

Larissa Lima Barros (Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA).

Resumo: Este artigo aborda a evolução histórica da cooperação Sul-Sul, destacando a relevância do BRICS+ na reconfiguração da ordem mundial contemporânea. A análise inicia com um panorama da cooperação entre países do Sul Global desde os movimentos de descolonização do século XX, passando pelo surgimento de alianças como o Movimento dos Não-Alinhados e a Conferência de Bandung, até chegar à formação do BRICS em 2006. O estudo foca na recente expansão para o BRICS+, explorando como essa nova fase representa tanto uma continuidade quanto uma ruptura com as práticas de solidariedade política e econômica do passado. O artigo investiga as implicações históricas e geopolíticas dessa expansão, discutindo como ela desafia a hegemonia dos países do Norte Global e propõe uma nova dinâmica de poder e desenvolvimento. Além disso, são analisadas as estratégias de cooperação e as respostas dos principais atores globais frente à crescente influência do BRICS+. Conclui-se que a ampliação do bloco reafirma o papel dos países emergentes na busca por uma ordem internacional mais equilibrada e multipolar.

Palavras-chave: BRICS; Cooperação Sul-sul; Sistema Internacional.

Introdução

A ordem internacional contemporânea encontra-se em um processo dinâmico e complexo de reconfiguração, marcado pela ascensão relativa de potências emergentes e a busca por maior protagonismo dos países do Sul Global. Neste cenário, a cooperação Sul-Sul (CSS) ressurge como um eixo fundamental de articulação política e econômica, representando uma força contestatória à hegemonia tradicional exercida pelas nações do Norte Global (STUENKEL, 2020). O agrupamento do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), formalizado em 2006 e consolidado ao longo das últimas décadas, emergiu como a expressão mais robusta e institucionalizada dessa nova dinâmica, materializando aspirações históricas de maior autonomia e reforma das estruturas de governança global. A recente expansão do bloco, culminando na criação do chamado BRICS+ em 2024, com a adesão de novos membros constitui um desenvolvimento geopolítico de magnitude singular, redefinindo seu alcance e potencial transformador.

Este fenômeno, contudo, não surge em um vácuo histórico. Ele é profundamente enraizado em uma longa trajetória de solidariedade e busca por alternativas coletivas entre

nações do Sul, cujos marcos fundadores remontam ao período da descolonização do século XX. A Conferência de Bandung (1955) e o subsequente Movimento dos Não-Alinhados (MNA) estabeleceram os princípios basilares – como respeito à soberania, não interferência e cooperação mútua – que ecoam até hoje nas iniciativas de CSS. Apesar dos avanços, essas iniciativas históricas enfrentaram limitações significativas, muitas vezes esbarrando na heterogeneidade de interesses, na persistência de dependências econômicas e no contexto bipolar da Guerra Fria.

O advento do BRICS+ representa, portanto, um momento crítico de inflexão. Por um lado, pode ser interpretado como a continuidade e o ápice de um projeto histórico de emancipação coletiva do Sul, amplificando sua voz e capacidade de ação no sistema internacional. Por outro lado, sinaliza uma potencial ruptura qualitativa, ao escalar a cooperação Sul-Sul a um patamar geográfico e político inédito, congregando um conjunto diversificado e estratégico de economias e potências regionais. Essa expansão coloca desafios substantivos à coesão interna e à definição de agendas comuns, ao mesmo tempo em que desafia de forma mais contundente a arquitetura de poder vigente, dominada pelo Ocidente.

Diante deste contexto, este artigo tem como objetivo central analisar a evolução histórica da cooperação Sul-Sul, com ênfase especial no significado e nas implicações da recente expansão para o BRICS+ na reconfiguração da ordem mundial contemporânea. Busca-se compreender em que medida o BRICS+ constitui uma herdeira e realizadora das aspirações históricas de Bandung e do MNA, e em que aspectos introduz novas dinâmicas e complexidades. Investiga-se também como essa ampliação desafia a hegemonia dos países do Norte Global e propõe alternativas concretas nas esferas política, econômica e financeira, configurando uma busca por uma ordem internacional mais multipolar e equilibrada. Adicionalmente, serão examinadas as estratégias de cooperação adotadas pelo bloco ampliado e as respostas dos principais atores globais a este novo quadro de poder.

A relevância deste estudo reside na premência de compreender as transformações geopolíticas em curso, marcadas pelo declínio relativo da unipolaridade e a emergência de novos polos de influência. Analisar o BRICS+ como fenômeno histórico e político atual é crucial para decifrar os contornos da futura governança global e os caminhos do desenvolvimento internacional. Há ainda uma lacuna significativa na literatura acadêmica que

articule de forma sistemática a longa história da CSS com o fenômeno específico e recente da expansão do BRICS, avaliando suas continuidades, rupturas e impactos potenciais.

Metodologicamente, o artigo adota uma abordagem analítico-descritiva, baseando-se em revisão bibliográfica crítica da literatura especializada em Relações Internacionais, Economia Política Internacional e História Global. Complementarmente, realiza análise documental de declarações oficiais, relatórios de instituições vinculadas ao BRICS (como o Novo Banco de Desenvolvimento) e de organizações internacionais, além de fontes secundárias qualificadas.

A estrutura deste artigo organiza-se da seguinte forma: a Seção II examina as raízes históricas da cooperação Sul-Sul, desde os movimentos de descolonização até a formação do Movimento dos Não-Alinhados, identificando princípios fundadores e desafios estruturais. A Seção III analisa a gênese e consolidação do BRICS original, explorando sua transformação de conceito econômico em ator geopolítico e seus mecanismos de ação coletiva. A Seção IV discute a expansão para o BRICS+ como ponto de inflexão, avaliando dialeticamente suas continuidades com o legado histórico e suas rupturas qualitativas na governança global. A Seção V investiga as estratégias concretas do bloco ampliado para contestar a hegemonia ocidental e propor novas dinâmicas de desenvolvimento, simultaneamente às reações dos atores tradicionais e instituições multilaterais. Por fim, as Considerações Finais sintetizam as implicações do BRICS+ na reconfiguração da ordem internacional, ponderando seu potencial transformador frente aos desafios de coesão e efetividade.

As raízes históricas da Cooperação Sul-sul

A trajetória da cooperação Sul-Sul (CSS) é indissociável do processo histórico de descolonização que varreu a Ásia e a África nas décadas centrais do século XX. A emergência de novas nações soberanas, agrupadas sob a designação de "Terceiro Mundo", representou um fenômeno geopolítico transformador. Estas nações, recém-libertas do jugo colonial, compartilhavam, apesar de suas diversidades, um profundo anseio por autonomia política, emancipação econômica e um lugar de igualdade no sistema internacional. A busca por alternativas coletivas ao domínio das antigas metrópoles e das superpotências da Guerra Fria configurou o terreno fértil onde as sementes da CSS foram plantadas, movidas pelo ideal de

solidariedade entre povos submetidos a experiências históricas semelhantes de exploração e marginalização.

Dois marcos fundadores foram cruciais para institucionalizar e definir os princípios norteadores dessa solidariedade. A Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 1955, reuniu pela primeira vez 29 países asiáticos e africanos, muitos deles recém-independentes. Bandung transcendeu seu caráter simbólico ao estabelecer os Dez Princípios de Bandung, enfatizando o respeito à soberania e integridade territorial, a não agressão, a não interferência nos assuntos internos, a igualdade e benefício mútuo, e a coexistência pacífica (ACHARYA, 2016). A conferência não apenas forjou uma identidade política afro-asiática, mas também lançou as bases ideológicas para a cooperação entre países em desenvolvimento, rejeitando explicitamente o alinhamento automático com qualquer dos blocos da Guerra Fria e defendendo o direito de cada nação determinar seu próprio caminho político e econômico.

O sucesso de Bandung pavimentou o caminho para a criação formal do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) em 1961, em Belgrado, sob a liderança de figuras como Nehru (Índia), Nasser (Egito), Nkrumah (Gana), Sukarno (Indonésia) e Tito (Iugoslávia). O MNA consagrou a estratégia de não-alinhamento como eixo central da ação coletiva do Sul Global, buscando preservar a autonomia política frente às pressões das superpotências (EUA e URSS) e criar um espaço de manobra independente na política internacional. Seu objetivo era evitar a subordinação aos interesses dos blocos antagônicos e promover a paz e a cooperação internacional.

Para materializar esses ideais, os países do Sul Global desenvolveram estratégias concretas de ação conjunta. Uma das mais significativas foi a ação política coordenada em fóruns multilaterais, em especial nas Nações Unidas (ONU). O aumento do número de membros do Sul Global na Assembleia Geral, decorrente da descolonização, permitiu a formação de grupos de pressão, como o Grupo dos 77 (G77), criado em 1964. Esses grupos buscavam ampliar sua voz coletiva, defender seus interesses comuns e desafiar as estruturas de poder dominadas pelas potências ocidentais, promovendo, por exemplo, resoluções contra o colonialismo, o apartheid e a favor do desarmamento (STUENKEL, 2020).

Paralelamente, iniciou-se um esforço de Cooperação Econômica e Técnica entre Países em Desenvolvimento (CETPD). Esta modalidade de cooperação visava reduzir a

dependência do Norte Global, fomentando o comércio preferencial, projetos conjuntos de desenvolvimento, transferência de tecnologia apropriada e assistência técnica mútua em áreas como agricultura, saúde e infraestrutura. O ápice das demandas econômicas do Sul ocorreu na década de 1970, com o ambicioso projeto de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Articulada principalmente através do G77 na ONU, a NOEI propunha uma profunda reforma do sistema econômico internacional, demandando maior controle sobre recursos naturais, melhores termos de troca para produtos primários, maior acesso a mercados do Norte, reforma do sistema monetário internacional (com mais voz para países em desenvolvimento no FMI e Banco Mundial) e a promoção de uma transferência massiva de recursos financeiros e tecnológicos do Norte para o Sul (SAUVANT, 1981).

Contudo, a trajetória inicial da CSS enfrentou obstáculos substanciais. A própria heterogeneidade entre os países do Sul Global – englobando diferentes tamanhos, níveis de desenvolvimento, sistemas políticos, culturas e interesses nacionais específicos – frequentemente dificultou a formação de posições unificadas e a implementação de ações coletivas duradouras. A dependência persistente das economias do Sul em relação aos mercados, capitais e tecnologias do Norte limitou severamente o alcance da CETPD e da NOEI. Muitos projetos de cooperação econômica esbarraram em assimetrias de capacidade, falta de recursos financeiros e concorrência entre os próprios países em desenvolvimento.

Além disso, o contexto bipolar da Guerra Fria exerceu uma influência constante e fragmentadora. As superpotências frequentemente buscavam cooptar países do Sul para suas respectivas esferas de influência, oferecendo ajuda condicionada e explorando rivalidades regionais, o que minava a unidade do MNA e a autonomia proclamada pelos países não-alinhados. Apesar dessas limitações, o legado deste período é fundamental: ele estabeleceu os princípios, as aspirações e as primeiras estruturas de articulação política e econômica que continuariam a inspirar e moldar as iniciativas de cooperação Sul-Sul nas décadas seguintes, culminando em formações mais recentes como o próprio BRICS.

O surgimento e consolidação do BRICS

O fim da Guerra Fria e a consolidação de uma ordem internacional unipolar, liderada pelos Estados Unidos, criaram um contexto ambivalente para os países do Sul Global. Por um lado, a aceleração da globalização econômica, sob a égide do Consenso de Washington,

parecia reforçar a hegemonia liberal ocidental e suas instituições (FMI, Banco Mundial, OMC). Por outro lado, este mesmo processo abriu espaços para o surgimento de economias emergentes dinâmicas, capazes de aproveitar novas oportunidades de comércio, investimento e transferência tecnológica (STUENKEL, 2020). Foi neste cenário de crescente assimetria entre o poder econômico ascendente de alguns países do Sul e sua sub-representação política nas estruturas de governança global que germinou a ideia do que viria a ser o BRICS.

A gênese do agrupamento remonta a 2001, quando o economista Jim O'Neill, do Goldman Sachs, cunhou o acrônimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) para designar quatro grandes economias emergentes com potencial para remodelar a economia global nas décadas seguintes (O'NEILL, 2001). Contudo, foi apenas em 2006, por iniciativa da Rússia, que os Chanceleres desses quatro países se reuniram à margem da Assembleia Geral da ONU em Nova York, marcando o início de um diálogo político formal. O processo de institucionalização ganhou momentum com a realização da primeira cúpula de chefes de Estado e de Governo em Ecaterimburgo, Rússia, em 2009, onde foi emitida uma declaração conjunta delineando áreas prioritárias de cooperação. Um passo decisivo para a consolidação do grupo foi a inclusão da África do Sul em 2010, transformando o BRIC em BRICS e conferindo ao bloco uma representação mais abrangente do Sul Global, particularmente do continente africano. Esta formalização transformou um conceito econômico em um ator político-diplomático de relevância internacional.

Os objetivos fundamentais do BRICS, expressos em suas sucessivas declarações de cúpula, articulam-se em torno de quatro eixos principais de ação coletiva. Primeiramente, a reforma das instituições financeiras internacionais (IFIs), especialmente o FMI e o Banco Mundial, constitui uma demanda central. O bloco critica a desproporção entre o peso econômico crescente dos países emergentes e seu limitado poder de voto e representação nessas instituições, herdadas do pós-Segunda Guerra Mundial. O BRICS pressiona consistentemente por uma revisão das quotas e uma governança mais democrática e inclusiva, refletindo a realidade econômica multipolar do século XXI. Em segundo lugar, busca-se o incremento do comércio e do investimento intra-BRICS. Os países membros promoveram acordos de facilitação comercial, linhas de crédito em moedas locais e plataformas como a Câmara de Comércio e Indústria do BRICS para conectar seus setores empresariais, visando

reduzir vulnerabilidades externas e explorar sinergias entre suas economias complementares. O terceiro eixo é a coordenação política em temas globais estratégicos.

O BRICS desenvolveu mecanismos de consulta para harmonizar posições em fóruns multilaterais sobre questões como mudança climática, terrorismo, segurança energética e alimentar, e reforma do Conselho de Segurança da ONU, buscando amplificar sua influência na agenda internacional. O quarto pilar, e talvez o mais tangível em termos de construção institucional, foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (CRA), ambos formalizados na Cúpula de Fortaleza (Brasil) em 2014. O NDB, com sede em Xangai, tem o mandato de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países membros e em outras economias emergentes e em desenvolvimento, oferecendo uma alternativa às IFIs tradicionais. O CRA, por sua vez, estabelece uma rede de proteção financeira mútua, permitindo que os países membros accessem liquidez em moeda estrangeira em situações de pressão no balanço de pagamentos, reduzindo a dependência do FMI.

Ao analisar o BRICS como expressão contemporânea da Cooperação Sul-Sul, identificam-se significativas continuidades e inovações em relação aos movimentos históricos como Bandung e o MNA. A continuidade reside no núcleo ideológico: a busca por maior autonomia e voz coletiva no sistema internacional, o desafio à hegemonia ocidental, a defesa do multilateralismo e a promoção de um mundo multipolar. Como seus predecessores, o BRICS enfatiza princípios como respeito à soberania, não-interferência e benefício mútuo (STUENKEL, 2020). Contudo, o bloco introduz importantes inovações.

Em primeiro lugar, possui uma base material mais robusta, alicerçada no peso econômico conjunto de seus membros (representando, na época de sua formação, parcela significativa do PIB e população globais) e em sua capacidade de criar instituições financeiras próprias (NDB, CRA), algo que os movimentos anteriores não conseguiram concretizar. Em segundo lugar, adota um pragmatismo econômico mais acentuado, focando em resultados concretos de cooperação e desenvolvimento, sem o caráter explicitamente ideológico ou de confronto direto do passado. Embora critique o sistema vigente, opera dentro dele e busca reformá-lo, enquanto constrói alternativas paralelas. Em terceiro lugar, sua governança é mais

institucionalizada, com cúpulas anuais regulares, reuniões ministeriais setoriais frequentes e uma estrutura burocrática de apoio (sherpas, grupos de contato), conferindo maior estabilidade e capacidade de ação do que os fóruns mais difusos do passado. Assim, o BRICS representou uma evolução significativa na tradição da CSS, combinando os ideais históricos de autonomia e solidariedade com um novo instrumental institucional e econômico adaptado ao contexto pós-Guerra Fria e à era da globalização.

A expansão para o BRICS+: ruptura, continuidade e significado estratégico

A decisão de expandir o BRICS, concretizada na XV Cúpula de Joanesburgo (2023) e implementada em 2024, representa um marco evolutivo de profunda significação geopolítica. O convite formal à adesão de Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos – além da aceitação subsequente da Argentina (que posteriormente suspendeu sua adesão) – respondeu a um contexto internacional marcado por três dinâmicas interligadas: o agravamento das tensões geopolíticas entre grandes potências (especialmente EUA-China), a aceleração das iniciativas de desdolarização e busca por alternativas financeiras, e a crescente insatisfação do Sul Global com a lentidão das reformas nas instituições multilaterais.

Notavelmente, o processo de expansão caracterizou-se pela ausência de critérios rígidos e formalizados. A adesão baseou-se fundamentalmente em consenso político entre os membros fundadores, considerando fatores como relevância geopolítica regional, potencial econômico (especialmente em energia e mercados estratégicos) e alinhamento geral com os princípios basilares do bloco, ainda que com flexibilidade interpretativa. Esta abordagem pragmática, embora permitisse ampliação rápida, levantou questões sobre coesão futura e a definição da identidade do grupo.

Analizando o BRICS+ como continuidade, evidencia-se a persistência de três pilares fundamentais herdados do bloco original e da tradição histórica da CSS. Primeiramente, há uma reafirmação explícita do ideal de multipolaridade e reforma da governança global. A expansão é vista como um meio de amplificar a voz coletiva do Sul nas instâncias internacionais, pressionando por mudanças nas estruturas de poder do FMI, Banco Mundial e Conselho de Segurança da ONU, consideradas anacrônicas. Em segundo lugar, mantém-se a ênfase na solidariedade entre países do Sul Global. O discurso oficial enfatiza o

compartilhamento de experiências de desenvolvimento, a defesa mútua da soberania nacional contra interferências externas e o apoio a causas comuns, como o combate ao neocolonialismo e a promoção da paz (STUENKEL, 2020). Terceiro, intensifica-se a busca por alternativas econômicas e financeiras ao sistema ocidental dominante. A inclusão de grandes produtores de energia (Arábia Saudita, Emirados Árabes, Irã) e economias estratégicas em rotas comerciais (Egito, Etiópia) fortalece o potencial para transações em moedas locais, expansão do NDB e criação de cadeias de suprimentos menos dependentes do Ocidente.

Contudo, o BRICS+ também introduz elementos de ruptura e inovação que redefinem qualitativamente a natureza do agrupamento. A principal ruptura reside na escala e diversidade geográfica e política sem precedentes na cooperação Sul-Sul institucionalizada. O bloco ampliado abarca agora potências do Oriente Médio, grandes economias africanas e asiáticas, com sistemas políticos, níveis de desenvolvimento e alinhamentos externos extremamente heterogêneos. Esta diversidade, embora aumente seu peso global, contrasta fortemente com o perfil mais coeso do BRICS original (focado em grandes economias emergentes) e com os grupos históricos como o MNA.

Consequentemente, ocorre uma potencial transformação do bloco de um "clube de emergentes" para uma plataforma global do Sul. O BRICS+ aspira a representar uma fatia muito maior da população mundial e do PIB global (incluindo reservas energéticas estratégicas), posicionando-se como um contrapeso mais representativo ao G7. Esta ambição, porém, traz novos desafios de coordenação e coesão interna. Harmonizar interesses díspares (ex.: rivalidades regionais como Irã e Arábia Saudita), estabelecer agendas comuns eficazes e evitar divisões internas fomentadas por potências externas exigirá habilidades diplomáticas excepcionais. Adicionalmente, surge a tensão entre a possível diluição da identidade econômica original – centrada em grandes mercados emergentes com alto potencial de crescimento – e o inegável fortalecimento do peso político e geoconômico do bloco ampliado, que ganha maior capacidade de influência sistêmica.

As implicações históricas desta expansão são profundas. O BRICS+ pode ser interpretado como a realização, ainda que parcial e em novo formato, das aspirações de Bandung e do MNA por uma frente ampla e influente do Sul Global. Ele materializa, de

forma mais concreta do que seus predecessores, o ideal de autonomia coletiva e capacidade de projetar poder no sistema internacional, superando algumas limitações históricas através de sua base institucional e econômica mais sólida (ACHARYA, 2016). No entanto, opera em um contexto radicalmente distinto, menos ideologizado e mais focado em ganhos materiais e posicionamento estratégico. As implicações geopolíticas imediatas são igualmente significativas.

A expansão funciona como uma poderosa sinalização de poder coletivo e atração do modelo alternativo oferecido pelo bloco. Ela demonstra a capacidade do BRICS+ de atrair países estratégicos insatisfeitos com a ordem vigente, oferecendo uma plataforma de maior protagonismo e alternativas financeiras e comerciais concretas. Isso reforça a percepção de um mundo em transição acelerada para a multipolaridade, onde o peso relativo do Ocidente diminui frente à ascensão coordenada de novas potências e regiões.

Desafiando a hegemonia, propondo novas dinâmicas e as reações globais

A expansão do BRICS+ consolida sua posição como um contraponto estrutural à hegemonia do Norte Global, materializando um projeto de contestação que opera em múltiplas dimensões. O desafio central à ordem ocidental manifesta-se, primeiro, na crítica sistemática à dominação política e econômica exercida historicamente por Estados Unidos e Europa. O bloco denuncia práticas como sanções unilaterais, intervencionismo militar e a imposição de valores políticos como violações da soberania nacional (STUENKEL, 2020). Segundo, avança uma ofensiva por maior representatividade nas instituições internacionais, exigindo a democratização do Conselho de Segurança da ONU e a revisão das quotas de poder no FMI e Banco Mundial – estruturas vistas como reflexo de uma ordem pós-1945 desatualizada. Terceiro, promove alternativas concretas ao sistema financeiro centrado no dólar: acordos de comércio em moedas locais (ex.: yuan-rublo, rial-riyal), expansão do uso de instrumentos de pagamento alternativos (como o sistema SPFS russo) e construção de cadeias de valor regionais menos dependentes do Ocidente, especialmente em energia e infraestrutura;

Essa crítica articula-se a uma proposta positiva de nova dinâmica global. O BRICS+ defende uma ordem multipolar inclusiva, onde múltiplos polos de poder cooperem em pé de igualdade. Nesse modelo, ganha relevância a ênfase no "desenvolvimento soberano", que

reconhece a legitimidade de trajetórias nacionais diversas – como o socialismo de mercado chinês ou os modelos de desenvolvimento baseados em recursos naturais do Golfo – sem a imposição de receitas ocidentais (ACHARYA, 2016). A cooperação baseia-se em princípios de não-interferência e benefício mútuo, rejeitando condicionalidades políticas e priorizando projetos com ganhos tangíveis para as economias membros, como investimentos em conectividade logística e segurança alimentar.

Para operacionalizar essa visão, o bloco adota estratégias de cooperação pragmáticas, baseada em fortalecimento institucional, como o Novo Banco de Desenvolvimento busca capitalizar-se com novos acionistas (como Arábia Saudita e Emirados) e ampliar seu escopo para financiar transições energéticas. O Acordo Contingente de Reservas estuda mecanismos para incluir as reservas dos novos membros, criando um colchão financeiro anti-crises mais robusto. Uma outra estratégia se baseia em parcerias setoriais, onde prioriza-se a integração em energia (via consórcios petroleiros BRICS+), tecnologia (satélites conjuntos e desenvolvimento de IA soberana) e infraestrutura (corredores de transporte África-Ásia), reduzindo vulnerabilidades externas. Por fim, a diplomacia coletiva que coordena posições em fóruns climáticos (ex.: perdas e danos para o Sul) e de segurança (mediações em conflitos como Sudão e Ucrânia), projetando influência normativa.

Essa agenda provocou reações diferenciadas entre os principais atores internacionais. Os países do Norte Global (EUA, UE, G7) oscilam entre percepções de ameaça e tentativas de contenção seletiva. Os EUA veem o grupo como veículo de influência chinesa e russa, respondendo com sanções a membros específicos (ex.: Irã) e pressão para que aliados limitem engajamento (MUNOZ, 2024). A UE adota estratégias de diálogo fragmentado, buscando acordos bilaterais com membros "moderados" (ex.: Emirados Árabes) e promovendo reformas cosméticas em IFIs para conter deserções. Ambos tentam revitalizar agrupamentos concorrentes, como a Parceria Global de Infraestrutura (PGII) do G7, para contrapor a influência do NDB.

Entre outros agrupamentos do Sul Global (ASEAN, UA, CELAC), predomina um misto de expectativa e cautela. A União Africana vê no BRICS+ uma oportunidade para financiar a Agenda 2063, mas receia que rivalidades intrabloco (ex.: Egito vs. Etiópia na

questão do Nilo) exportem tensões regionais. A ASEAN valoriza alternativas à dependência do dólar, mas busca equilibrar relações com China e EUA, evitando alinhamentos explícitos. A CELAC demonstra interesse em parcerias setoriais (especialmente energia e infraestrutura), porém ressalta a necessidade de respeito à governança democrática – um contraponto à inclusão de autocracias como Irã e Arábia Saudita.

As instituições multilaterais (ONU, FMI, OMC) enfrentam pressões contraditórias. O FMI, sob crítica pela lentidão das reformas, acelerou modestos ajustes de quotas em 2023, ainda que insuficientes para acomodar demandas do BRICS+. A OMC vê seu sistema de disputas enfraquecido pelo avanço de mecanismos alternativos de solução de controvérsias no comércio intra-BRICS+. Já a ONU transforma-se em palco de disputa: o bloco ampliado pressiona por reforma do Conselho de Segurança, enquanto potências ocidentais usam assembleias gerais para criticar a adesão de Estados sob sanções (ex.: Irã).

Considerações finais

A trajetória analisada ao longo deste trabalho evidencia que o BRICS+ consolida-se como um marco geopolítico de profunda ressonância histórica, sintetizando legados da cooperação Sul-Sul ao mesmo tempo que reconfigura os alicerces da ordem global contemporânea. Conforme demonstrado, três pilares fundamentais sustentam essa análise: em primeiro lugar, o BRICS+ revela-se herdeiro direto dos ideais fundadores de Bandung e do Movimento dos Não-Alinhados, atualizando as aspirações por autonomia coletiva e solidariedade entre nações do Sul Global (ACHARYA, 2016). Todavia, transcende seus antecessores ao atuar como catalisador institucional dessas aspirações, materializando-as por meio de mecanismos financeiros robustos como o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas, além de uma capacidade inédita de projeção geopolítica (STUENKEL, 2020).

Em segundo lugar, a expansão do grupo configura uma evolução qualitativa que articula continuidade e ruptura. Mantém os objetivos estruturantes do BRICS original – como a promoção da multipolaridade, a reforma das instituições financeiras internacionais e a construção de alternativas sistêmicas –, mas introduz transformações decisivas pela escala geográfica sem precedentes, pela diversidade política extrema e pelo potencial de

transmutação de "clube de economias emergentes" para "plataforma representativa do Sul Global". Em terceiro lugar, personifica o desafio mais substantivo à unipolaridade ocidental no período pós-Guerra Fria, pressionando instituições tradicionais mediante uma ofensiva por maior representatividade, fomentando ativamente a desdolarização e exercendo diplomacia coletiva em temas críticos como segurança internacional e mudança climática.

Reafirma-se, neste sentido, o cerne da tese defendida: a expansão para o BRICS+ consolida o papel estratégico dos países emergentes e em desenvolvimento na edificação de uma ordem internacional mais equilibrada, justa e multipolar. Ele corporifica a maturidade política do Sul Global, apto não apenas a contestar assimetrias, mas a propor alternativas institucionais e normativas ao sistema hegemônico.

Não obstante, essa trajetória confronta limitações estruturais significativas. A heterogeneidade política, que agrupa democracias e autocracias, e rivalidades regionais históricas – como as tensões entre Irã e Arábia Saudita ou a disputa hidrodiplomática entre Egito e Etiópia – ameaçam a coesão interna e a unidade de ação. A adaptação das instituições financeiras do bloco, particularmente o NDB e o CRA, para integrar economias com perfis dispare – de potências rentistas a nações de baixa renda – exige modelos inovadores de governança e tomada de decisão. A efetividade das alternativas propostas, como os mecanismos de comércio em moedas locais, permanece sob teste ante a volatilidade dos mercados globais e as pressões geopolíticas externas.

As perspectivas futuras situam-se entre o potencial transformador e os limites estruturais. Se superar seus desafios endógenos, o BRICS+ possui massa crítica demográfica, econômica e geopolítica para reconfigurar as arquiteturas de governança global, acelerando reformas em instituições multilaterais e pluralizando as fontes de poder internacional. Contudo, seu impacto tenderá a ser gradual e complementar à ordem existente, dado o peso da interdependência econômica global e a resiliência das instituições ocidentais. Independentemente de sua eficácia plena, o bloco já se erige como símbolo poderoso da agência do Sul Global, inspirando outros agrupamentos regionais a buscarem maior autonomia estratégica.

Conclui-se que o BRICS+ representa menos um projeto acabado e mais um processo dinâmico de reimaginação da ordem internacional, cuja trajetória será decisiva para moldar o equilíbrio geopolítico e os horizontes de desenvolvimento no século XXI. Sua própria existência atesta o declínio irreversível da hegemonia ocidental incontestável e a emergência de um mundo plural, ainda que complexo, onde as vozes do Sul Global ocupam espaço crescente na definição do futuro comum.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. **The end of American world order**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- ALDEN, Chris; SCHOEMAN, Maxi. **South Africa in the company of giants: the search for leadership in a transforming global order**. International Affairs, v. 89, n. 1, p. 169-188, 2013.
- ALDEN, Chris; VIEIRA, M. **India, Brazil and South Africa (IBSA): South -South Co-Operation and the Paradox of Regional Leadership**. Global Governance, v. 17, n. 3, p. 507-528, 2011.
- BRICS. **Declaração de Joanesburgo**. 2023. Disponível em: <https://brics.br>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BRICS POLICY CENTER. **Desafios dos BRICS e a presidência brasileira do bloco**. Rio de Janeiro, 2025.
- BESHARATI, N.; ESTEVES, P. **Os BRICS, a cooperação sul-sul e o campo da cooperação para o desenvolvimento internacional**. Contexto Internacional, v. 37, n. 1, p. 289–330, abr. 2015.
- BUENO, Elen de Paula. **Brics e as reformas das instituições internacionais**. 2018. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.2.2018.tde-06112020-144959. Acesso em: 2025-06-23.
- COOPER, A.; MO, J. **Middle Power Leadership and the Evolution of the G20**. Global Summity Journal, v. 1, n. 1, 2013.

O'NEILL, Jim. **Building better global economic BRICs.** London: Goldman Sachs (Global Economics Paper n. 66), 2001.

SAUVANT, Karl P. **The Group of 77: evolution, structure, organization.** New York: Oceana Publications, 1981.

STUENKEL, Oliver. **The post-western world: how emerging powers are remaking global order.** New York: Cambridge University Press, 2020.

VALVERDE, V. CRISOSTOMO. **BRICS 2025: Dinâmicas Geopolíticas e Novas Oportunidades para o Sul Global – Instituto de Relações Internacionais-IREL.** Disponível em:
<https://irel.unb.br/2025/04/01/brics-2025-dinamicas-geopoliticas-e-novas-oportunidades-par-a-o-sul-global/>. Acesso em: 24 jun. 2025.